

RECURSO ESPECIAL Nº 1.686.675 - SP (2017/0179221-6)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : MAXIAUTO ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA
ADVOGADO : DANIEL GOULART ESCOBAR - SP190619
RECORRIDO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : FÁBIO IMBERNOM NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP148930
INTERES. : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DETRAN SP

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MAXIAUTO ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA., fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão do TJ/SP assim ementado:

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. Pretensão inicial voltada ao reconhecimento de ilegalidade da decisão administrativa que reconheceu a efetiva transferência de titularidade de veículo automotor somente quando da sua comunicação. Impossibilidade. Ausência de comunicação do negócio translativo do direito de propriedade ao órgão executivo de trânsito antes da ocorrência dos fatos geradores do IPVA, do licenciamento e de multas. Responsabilidade solidária do antigo proprietário pelo pagamento dos respectivos débitos até que seja formalizada a comunicação de alienação. Inteligência do art. 4º, inciso I, Lei nº 6.606/89 e 6º, II, da Lei 13.296/2008, vigentes à época dos fatos geradores. Venda civil que não pode ser oposta ao Fisco se descumprida a obrigação acessória da comunicação. Precedentes. Sentença de primeiro grau mantida. Recurso não provido.

Nas razões do especial, a recorrente violação dos arts. 123 e 134 do CTB, dos arts. 490 e 1.267 do CC/2002, bem como dissídio jurisprudencial, sustentando não ser mais responsável pelo pagamento do IPVA, na medida em que o lançamento do tributo ocorreu após a efetiva transferência da propriedade, que – no caso de bens móveis – ocorre com a simples tradição, e não pelo registro do veículo perante o DETRAN (mera exigência administrativa).

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido pelo Tribunal de origem.

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC de 2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feita essa consideração, cabe ressaltar, inicialmente, que o recurso especial se origina de mandado de segurança impetrado pela recorrente, contra a Diretora Técnica do Departamento Estadual de Trânsito de São José do rio Preto – SP,

com o objetivo de que a autoridade coatora fosse compelida a alterar o comunicado de venda do veículo objeto da lide, de acordo com a legislação vigente à época, qual seja, a Portaria n. 1.606/2005 do Detran/SP.

Denegada a segurança pelo Juízo da Primeira Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José do Rio Preto/SP, a recorrente interpôs apelação, cujo provimento foi negado pelo TJ/SP. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 134/141):

Com efeito, consoante inteligência dos artigos 234 e 237 do Código Civil, tem-se que a transferência da titularidade de um bem móvel se opera, de fato, com a simples tradição.

Contudo, tratando-se de veículo, a simples tradição não desvincula totalmente o antigo proprietário do bem, sendo imprescindível a comunicação da compra e venda ao Órgão de Trânsito competente, sob pena de responder o alienante, solidariamente, pelo pagamento dos débitos fiscais incidentes sobre o automóvel, consoante inteligência do artigo 4º, III, da Lei 6.606/89 e artigo 6º, II, da Lei 13.296/2008, que estabelecem o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA no tempo de suas respectivas vigências.

Confira-se a literalidade dos dispositivos invocados:

(...)

Como se vê, a dicção da norma legal, seja da antiga ou da nova legislação do IPVA, é incontroversa ao impor a solidariedade pelo cumprimento da obrigação tributária em desfavor do antigo proprietário do veículo caso não haja a comunicação tempestiva a respeito do negócio translativo do direito de propriedade ao órgão executivo de trânsito encarregado pela atualização registral.

Tal previsão é respaldada pelo quanto disposto no art. 124, II, do CTN, não havendo que se falar em qualquer espécie de ilegalidade, ou mesmo inconstitucionalidade.

Note-se que eventual contrato de compra e venda ou respectiva nota fiscal porventura apresentados (e-fls. 31/33), em decorrência do princípio da relatividade dos contratos, somente podem gerar efeitos entre os contratantes, não podendo ser opostas ao Fisco Estadual com o escopo de afastar obrigação tributária, consoante expressamente disposto no artigo 123, do CTN.

(...)

Frente a estas premissas, no entanto, pode-se afirmar que a solidariedade persiste em relação aos débitos tributários incidentes sobre a propriedade do veículo automotor (IPVA) - ou em relação às penalidades de natureza impositiva (multa) - até o momento em que houver a efetiva notificação ao órgão de trânsito, ressalvado o direito do antigo proprietário que arcar com o conteúdo pecuniário exigido da autoridade de trânsito/fiscal de agir em regresso contra o real infrator/devedor, inclusive pela via do Poder Judiciário.

Este é o entendimento que tem sido adotado pelas Câmaras integrantes da Seção de Direito Público deste Tribunal de Justiça em recentes precedentes, análogos à hipótese *sub judice*:

(...)

Na hipótese em testilha, repise-se, o autor limita-se a afirmar que procedeu à alienação dos veículos em data anterior ao fato gerador do imposto, porém não comprovou a comunicação da autoridade executiva responsável pela atualização cadastral dos bens, ao tempo da respectiva alienação, imputando tal responsabilidade unicamente ao comprador.

Portanto, cabível a responsabilização solidária da impetrante pelos valores

devidos a título de IPVA, licenciamento e multas, no que tange ao veículo discriminado na exordial, visto que desrespeitou o dever de comunicação do órgão executivo de trânsito estadual quanto à efetivação do negócio de compra e venda (art. 4º, III, da Lei nº 6.606/89 cc. 6º, II, da Lei 13.296/2008 e art. 134, do CTB), insubsistindo não somente a alegada ilegalidade da decisão administrativa de e-fls. 34, como também eventual argumentação dirigida à insubsistência de atos de cobrança perpetrados pela Fazenda Pública.

Pois bem.

Sobre o tema, a Primeira Seção desta Corte Superior já pacificou entendimento, por meio do Enunciado Sumular n. 585, no sentido de que: "a responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação."

Todavia, deve-se ressaltar que a orientação supra somente é aplicável nas hipóteses em que o Tribunal de origem não faz nenhuma menção à legislação estadual que regule a cobrança do imposto na respectiva Unidade da Federação.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. IPVA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA. EX-PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, CUJA ALIENAÇÃO NÃO FORA COMUNICADA AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO. LEI ESTADUAL. OBSERVÂNCIA.

1. O art. 134 da Lei n. 9.503/1997 não trata de responsabilidade tributária, sendo restrito à responsabilização pelas penalidades administrativas do veículo cuja alienação não foi comunicada ao departamento de trânsito, conforme entendimento sedimentado na Súmula 585 do STJ, segundo a qual "a responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação".

2. Nos termos do art. 124 do CTN, somente por lei específica pode ser instituída a solidariedade quanto à responsabilidade pelo pagamento de tributos, de modo que a atribuição da responsabilidade solidária, por débitos de IPVA, ao ex-proprietário do veículo é condicionada à previsão da lei estadual.

3. Hipótese em que o acórdão *a quo* deve ser mantido, pois, embora o Tribunal de origem, na solução da controvérsia, tenha citado como fundamento o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, também mencionou o estabelecimento da responsabilidade tributária solidária por meio de lei estadual.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1.640.978/SP, de minha Relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 12/05/2017).

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IPVA. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DOS VEÍCULOS AUTOMOTORES. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS. SÚMULA 585/STJ. APLICAÇÃO.

1. A Súmula 585/STJ, possui o seguinte teor: "A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se

refere ao período posterior à sua alienação". Contudo, a referida súmula somente é aplicável nos casos em que o Tribunal de origem não faz qualquer menção à legislação estadual. Precedentes.

2. No caso concreto, o Tribunal de origem foi silente quanto à previsão, na legislação estadual, da responsabilidade tributária nas hipóteses em que o contribuinte deixa de comunicar aos órgãos estaduais competentes acerca da transferência da propriedade do bem automotivo, pelo que a mencionada súmula deve ser aplicada.

3. Recurso especial a que se dá provimento.

(REsp 1.744.668/PA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018).

In casu, o acórdão recorrido fez expressa alusão ao art. 6º, II, § 2º, da Lei Estadual n. 13.296/2008, que deu alicerce à fundamentação relativa à solidariedade do alienante do veículo pelo adimplemento do imposto, quando não comunicado o negócio jurídico ao órgão competente.

Inviável a reforma da decisão colegiada, ante o óbice da Súmula 83 do STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Aliás, inviável qualquer discussão a respeito da existência, ou não, de efetiva comunicação da venda ao DETRAN, já que o Tribunal de origem decidiu a questão com base no acervo fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em sede de recurso especial, por óbice da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator